



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

LEIS

LEI ORDINÁRIA Nº 1.845, DE 6 DE JUNHO DE 2025

"Fica proibido fumar cigarros, bem como qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, no interior dos veículos oficiais ou terceirizados que estejam a serviço da Prefeitura de Lajinha e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53 c/c o art. 70, inciso III, ambos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - É proibido fumar cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, no interior dos veículos oficiais ou terceirizados que estejam a serviço da Prefeitura de Lajinha.

Art. 2º - Aos infratores será aplicado multa no valor ser definida por meio de decreto do poder executivo municipal em valor não inferior ao aplicado pelo Código de Trânsito Brasileiro, além das medidas administrativas a seguir:

I - Em caso de infração, sendo o infrator funcionário público Municipal, o mesmo responderá à sindicância instaurada pela administração.

II - Em caso do infrator não ser funcionário público municipal o motorista deverá solicitar que o passageiro apague o cigarro ou desça do veículo.

Parágrafo Único - Caso o infrator se negue a respeitar o que dispõe nesta Lei, deverá ser convidado a retirar-se do veículo, se necessário com a intervenção policial que poderá ser solicitada para a observância desta Lei.

Art. 3º - A fiscalização e aplicação da lei caberá aos órgãos competentes da Prefeitura.

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA

Prefeito

LEI ORDINÁRIA Nº 1.846, DE 6 DE JUNHO DE 2025

"Altera o Anexo I da Lei Ordinária Municipal nº 1.596/2019, para dispor sobre o acréscimo de vagas para os cargos de Assistente Social e Psicólogo, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53 c/c o art. 70, inciso III, ambos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo I da Lei Ordinária Municipal nº 1.596/2019, que passa vigorar na forma do Anexo Único desta Lei, para dispor sobre o acréscimo de vagas para cargos de Assistente Social e Psicólogo, sendo uma para cada.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA

Prefeito

ANEXO I

“ANEXO I – QUADRO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO”

Grupo ocupacional	Cargo	Classe dos cargos	Nível de vencimento	Carga horária semanal	Quantitativo total por cargo
01 – Nível Superior	Agente de Controle Interno	I	VIII	30 horas	01
		II	IX		
		III	X		
	Arquiteto	I	VIII	30 horas	01
		II	IX		
		III	X		
	Assistente Social	I	VIII	30 horas	05
		II	IX		
		III	X		
	Cirurgião Dentista	I	VIII	30 horas	06
		II	IX		
		III	X		
	Contador	I	XI	30 horas	01
		II	XII		
		III	XIII		
	Enfermeiro	I	VIII	30 horas	13
		II	IX		
		III	X		
	Engenheiro Civil	I	VIII	30 horas	02
		II	IX		
III		X			
Farmacêutico	I	VIII	30 horas	02	
	II	IX			
	III	X			
Fisioterapeuta	I	VIII	30 horas	01	
	II	IX			
	III	X			
Fonoaudiólogo	I	VIII	30 horas	01	
	II	IX			
	III	X			
Médico Clínico Geral	I	XI	30 horas	03	
	II	XII			
	III	XIII			
Médico Veterinário	I	VIII	30 horas	01	
	II	IX			
	III	X			
Nutricionista	I	VIII	30	02	



MUNICÍPIO DE LAJINHA

PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

	sta	II	IX	horas		
		III	X			
		I	XI			
	Procurador	II	XII	20 horas	02	
		III	XIII			
		I	VIII			
Psicólogo	II	IX	30 horas	02		
	III	X				
	I	VI				
02 – Nível Técnico	Técnico Agrícola	II	VII	40 horas	01	
		I	VI			
	Técnico de Contabilidade	II	VII	40 horas	01	
		I	VI			
	Técnico de Enfermagem	II	VII	40 horas	13	
		I	VI			
	Técnico de Informática	II	VII	40 horas	01	
		I	VI			
	Técnico de Laboratório	II	VII	40 horas	02	
		I	VI			
	Técnico de Radiologia	II	VII	40 horas	04	
		I	VI			
	Técnico de Segurança do Trabalho	II	VII	40 horas	01	
		I	VI			
	03 – Fiscalização Municipal	Fiscal de Meio Ambiente	II	VI	40 horas	01
			I	V		
		Fiscal de Obras e Posturas	II	VI	40 horas	06
			I	V		
Fiscal de Tributos		II	VI	40 horas	05	
		I	V			
Fiscal Sanitário	II	VI	40 horas	04		
	I	V				
04 – Apoio Administrativo, Contábil e Financeiro	Agente Administrativo	II	VII	40 horas	20	
		I	VI			
	Auxiliar Administrativo	II	VI	40 horas	10	
		I	V			
Almoxarife	II	VI	40 horas	03		
	I	V				
05 – Apoio à	Auxiliar de	-	III	40 horas	05	

06 – Obras, Mecânica, Transporte e Serviços Gerais	Enfermagem				
	Auxiliar de Saúde	-	III	40 horas	15
	Auxiliar de Saúde Bucal	-	III	40 horas	06
	Auxiliar de Serviços Gerais	-	II	40 horas	110
	Bombeiro	I	V	40 horas	01
		II	VI		
	Calceteiro	-	IV	40 horas	04
	Eletricista	I	V	40 horas	01
		II	VI		
	Gari	-	I	40 horas	66
	Marceneiro	-	IV	40 horas	01
	Mecânico Veículos Leves	I	V	40 horas	02
		II	VI		
	Mecânico Veículos Pesados	I	V	40 horas	01
		II	VI		
	Motorista	I	V	40 horas	44
		II	VI		
	Operador de Máquina Pesada	I	V	40 horas	06
		II	VI		
	Pedreiro	I	V	40 horas	02
II		VI			
Servente	-	I	40 horas	04	
Vigia	-	II	40 horas	14	
Zelador de Cemitério	-	I	40 horas	02	

LEI ORDINÁRIA Nº 1.847, DE 6 DE JUNHO DE 2025
“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53 c/c o art. 70, inciso III, ambos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;

III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

V – equilíbrio entre receitas e despesas;

VI – critérios e formas de limitação de empenho;

VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular e à transparência pública;

XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2026, correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integram esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2026-2029, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2026 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O Projeto de Lei Orçamentária para 2026 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º. O Projeto de Lei Orçamentária para 2026 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Em entendimento ao art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, são definidos os seguintes conceitos:

I – as categorias de programação de que trata o art. 45 desta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2026-2029;

II – órgãos são as entidades existentes no Município.

Art. 4º. O orçamento fiscal e o de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, mesmo que seja por Decreto Executivo.

Art. 5º. O orçamento fiscal e o de investimentos compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e autarquia.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964; **III** – quadros orçamentários consolidados;

III – anexos do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

V – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I – demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

II – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – demonstrativo dos recursos a serem aplicados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Constituição Federal e Lei nº 11.494/2007;

IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas Ações de Serviços Públicos de Saúde, para fins do atendimento disposto na Lei Complementar 141/2012;

V – demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2026 serão elaboradas com valores correntes do exercício de 2025, projetados e/ou realizados ao exercício a que se refere.



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos e/ou decréscimo de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento e/ou diminuição da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) e o Poder Legislativo se for o caso, encaminharão à Divisão de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de julho de 2025, as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) encaminharão ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo, até o dia 15 de agosto de 2025, suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício de 2026, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE), responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, seja pelo regime ordinário ou especial.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, será elaborado pelos órgãos e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE).

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento dos Órgãos e do Serviço

Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – oriundos de transferências do Município;

II – oriundos de operações de crédito internas e externas;

III – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. O objetivo principal é minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE), subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2026, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição do Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente até o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2026, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Parágrafo único. Entende-se por eventos fiscais imprevistos aqueles não previstos no orçamento.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens,



MUNICÍPIO DE LAJINHA

PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

=====
aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2026, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2026 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições sobre a Receita e alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2026, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário- administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2026 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2026 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos no período, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para a busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a) a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;

b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

II – para redução das despesas:

- a) utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a caracterização dos fornecedores;
- b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2026, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que as realizações das receitas não serão suficientes para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. A lei orçamentária de 2026 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa finalístico deverão ser agregadas num programa denominado Apoio a Administração ou de finalidade semelhante.

Parágrafo único. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução,

avaliação e controle interno, visando a eficiência e eficácia administrativa.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esportiva;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2025 por uma autoridade local e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. Considera-se autoridade local o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Comandante da Polícia Militar, Comandante do destacamento da Polícia Militar, Vereador, Prefeito, Delegado e outros assemelhados.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esporte, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais, observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 184 da Lei nº 14.133/2021, bem como a Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 ou outra Lei que vierem substituí-las ou alterá-las.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas em lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) e para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 38. As entidades beneficiárias das transferências de recursos deverão prestar contas após 30 (trinta) dias do encerramento do convênio ou contrato de repasse conforme definido na Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 ou em outras leis regulamentadoras apresentando os seguintes documentos:

I – plano de trabalho;

II – notas fiscais em conformidade com o recurso repassado;

III – faturas de água, luz e telefone conforme o caso, se pactuados no instrumento de contrato ou de convênios;

IV – recibos em casos especiais;

V – demonstrativo com a discriminação dos itens, descrição de produtos, valor unitário, valor total conforme pactuado no instrumento de contrato de repasse ou instrumento de convênio;

VI – relatório circunstanciado demonstrando a aplicação dos recursos aprovado pelo conselho da entidade.

Seção IX

Da Autorização para o Município auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 39. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma

Mensal de Desembolso

Art. 40. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2026, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2026, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2025.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2026 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2026-2029 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;



MUNICIPIO DE LAJINHA

PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2026, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2025.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 42. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos na Lei Federal nº 14.333, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 43. O projeto de lei orçamentária do município, relativo ao exercício financeiro de 2026, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura de participações e a utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento, além de publicação em meios eletrônicos em tempo real, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 44. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2025 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 45. As previsões de receitas e as fixações de despesas junto ao orçamento anual devem apresentar as fontes de recursos para cada dotação orçamentária.

Art. 46. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária do exercício de 2026, bem como suas fontes de recursos, uma para outra, conforme orientação do TCEMG e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei, conforme os conceitos:

I – remanejamentos são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;

II – transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão;

III – transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Parágrafo único. Os instrumentos mencionados serão utilizados quando em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares e especiais não previstos, dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

§ 3º. Os órgãos executores do orçamento manterão previsão orçamentária dentro das respectivas fontes de recursos, sendo permitida a sua anulação para outra fonte livre ou vinculada, quando devidamente justificada.

§ 4º. Durante a execução do orçamento no exercício de 2026 o Poder Executivo poderá incluir ou alterar fontes de recursos desde que sua inclusão ou alteração não altere o valor inicial do orçamento sendo necessário a emissão de decreto para esta finalidade. A inclusão ou alteração de fontes de recursos está limitada ao valor da lei orçamentária.

§ 5º. Entende-se por classificação funcional toda a categoria de programação que contenha os seguintes elementos: órgão, unidade, subunidade (se for o caso), função, subfunção, programa, atividade (ou projeto ou operação especial) e elemento de despesa.

Art. 48. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, dentro da respectiva fonte de recurso.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá suplementar créditos especiais até o limite definido na lei orçamentária ou leis de suplementações específicas.

Art. 49. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes, cuja alteração venha ser proposta.

Art. 50. Se o projeto de lei orçamentária do exercício de 2026 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS/PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município especialmente as destinadas a saúde, assistência social e educação; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.



**MUNICÍPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

§ 1º. As despesas descritas no inciso I a V deste artigo estão limitadas a 2/12 (dois doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2025, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do *caput*, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária do exercício de 2025, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. A emenda supressiva ou redutiva que altere a dotação utilizada no *caput* deste artigo, torna-se sem efeito para fins de adequação da lei orçamentária.

Art. 51. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais;

II – Anexo de Riscos Fiscais;

III – Anexo de Metas e Prioridades de Governo.

Art. 52. Por ocasião de elaboração do plano plurianual para o período de 2022 a 2025, os anexos de metas e prioridades de Governo já foram encaminhados junto ao Projeto do plano plurianual.

Art. 53. Fica o executivo autorizado a firmar contrato de rateio com consórcios públicos.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

LICITAÇÕES

**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS**

Espécie: Adesão nº 004/2024, a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2024, oriunda do Processo nº 0015/2024, Pregão Eletrônico nº 004/2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. Órgão gerenciador: **Consórcio de Desenvolvimento da Área dos Municípios da Microrregião da Mantiqueira - CODAMMA, inscrito no CNPJ sob o nº 20.885.172/0001-05.** Órgão participante (Carona): Prefeitura Municipal de Lajinha/MG, aquisição de CONTÊINER/CONTENTOR DE LIXO DE 1000 LITROS (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE). Detentora da Ata: **CONTEMAR AMBIENTAL COMÈRCIO DE CONTAINERS LTDA, inscrito no CNPJ nº 03.770.521/0001-16,** situada no(a) Avenida Georg Schaeffler nº 2005, Bairro Iporanga, na cidade de Sorocaba/SP, representada pelo(a) Sr.(a) **Ignácio Arriola Antunano, inscrito no CPF sob nº 233.034.838-09,** no valor de R\$

45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais). Renato Cardoso de Laia-Prefeito. 06/06/2025.

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO

Lei Nº 14.133/2021

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Lajinha/MG, Torna público, que realizara Processo nº 00049/2025, na modalidade Pregão Eletrônico nº 0016/2025, Sistema de Registro de Preço nº 014/2025, aquisição de combustível óleo diesel S-10, destinados ao abastecimento da Secretaria de Saúde, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Municipal nº 009/2023, e suas respectivas alterações. **Início do acolhimento de propostas:** às 08h00min, do dia 10/06/2025, **até** às 08h00min do dia 02/07/2025, **data e a hora da disputa:** às 08h30min do dia 02/07/2025. Local da plataforma site <https://comprasbr.com.br/>, os interessados, poderão adquirir o edital e anexos, através do site <https://www.lajinha.mg.gov.br/licitacoes> e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Demais informações no endereço eletrônico acima, no horário de 13h00min às 17h00min nos dias úteis ou pelo Telefone (33) 3344-2006, em 06/06/2025–Izabel Silva Freitas Alvim/agente de contratação.

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1057, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a rescisão de contrato administrativo de trabalho celebrado entre servidor e o Município de Lajinha/MG, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO que a servidora que menciona manifestou interesse em rescindir o contrato mantido com o Município de Lajinha;

CONSIDERANDO o instituto da rescisão unilateral do contrato;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003856/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o Contrato Administrativo nº 0456/2025, celebrado entre o Município de Lajinha/MG e a servidora **PAMELA UANDRA GONÇALVES FREITAS,** para exercer o cargo de **Cuidador Educacional,** a partir de 5/6/2025.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências, inclusive o levantamento dos cálculos de verbas rescisórias adquiridas pela servidora.



**MUNICÍPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e produzindo efeitos retroativos ao dia 5 de junho de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1058, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a rescisão de contrato administrativo de trabalho celebrado entre servidor e o Município de Lajinha/MG, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO que a servidora que menciona manifestou interesse em rescindir o contrato mantido com o Município de Lajinha;

CONSIDERANDO o instituto da rescisão unilateral do contrato;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003853/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir o Contrato Administrativo nº 0269/2025, celebrado entre o Município de Lajinha/MG e a servidora **FABIANA MARIA DA SILVA SOUZA**, para exercer o cargo de **Cuidador Educacional**, a partir de 30/5/2025.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências, inclusive o levantamento dos cálculos de verbas rescisórias adquiridas pela servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e produzindo efeitos retroativos ao dia 30 de maio de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1059, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 128 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003857/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **licença por motivo de doença em pessoa da família** à servidora **CRISTIANY REGINA DA SILVA LEOTÉRIO COSTA**, ocupante do cargo de Cuidador Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos dias 22/5/2025 a 23/5/2025, para prestar assistência pessoal à sua filha.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências, inclusive o levantamento dos cálculos de verbas rescisórias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e produzindo efeitos retroativos ao dia 22 de maio de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1060, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de licença por gestação e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que preconiza o art. 7º, inciso XVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 124 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003858/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **licença por gestação** à servidora **ANA LUIZA FILARDENÇO COSTA MORAIS**, ocupante do cargo de Cuidador Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 3/6/2025 a 29/11/2025, correspondendo a 180 (cento e oitenta) dias de afastamento.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e produzindo efeitos retroativos ao dia 3 de junho de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1061, DE 6 DE JUNHO DE 2025



**MUNICÍPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

=====
“Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO** as disposições constantes no art. 101 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **adicional por tempo de serviço** à servidora **ELIANE BERNARDES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Servente Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O adicional descrito no *caput* deste artigo corresponde ao 1º (primeiro) quinquênio, adquirido no período de 19/2/2020 a 19/2/2025.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

=====
PORTARIA Nº 1062, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Cria a Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2025, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO** a necessidade de provimento de vagas existentes no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 prevê autorização para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública, quais sejam, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. Criar a **Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2025**, com a finalidade de realizar a seleção de candidatos para preenchimento de vagas temporárias previstas no quadro de pessoal da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. A comissão criada nos termos do artigo anterior será composta pelas seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

I. ANA CAROLINE AZINE REGLY – matrícula nº 067436;

II. SANDRO AMBRÓSIO MARTINS ALVIM – matrícula nº 067651;

III. DESIRRÊ DOS SANTOS BRITO – matrícula nº 067628.

Parágrafo único. A composição da comissão poderá ser alterada a critério da autoridade competente, caso necessário, para o adequado desempenho das funções atribuídas.

Art. 3º. À Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2025 compete:

I. deliberar sobre a realização do certame;

II. julgar os casos omissos ou duvidosos referentes à matéria;

III. coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do processo de seleção, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º. Os servidores nomeados no art. 2º desta Portaria não terão direito a nenhum tipo de gratificação ou vantagem financeira adicional pelas funções exercidas, seja de caráter permanente ou transitório, salvo quando previsto em lei e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. As funções desempenhadas pelos servidores integrantes da Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2025 são consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º. A Assessoria Jurídica do Município deverá prestar apoio aos membros da comissão nas questões que exigirem conhecimentos técnicos especializados, emitindo parecer

jurídico fundamentado e assinado pelo solicitante.

Art. 6º. Compete aos membros da comissão solicitar junto ao Prefeito todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do **HUMBERTO CARRALHO SILVA** Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

=====
PORTARIA Nº 1063, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e **CONSIDERANDO** as disposições constantes no art. 101 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **adicional por tempo de serviço** à servidora **OZANA JESARELLY TAVARES DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Professor I, lotada na Secretaria Municipal de Educação.



**MUNICÍPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

Parágrafo único. O adicional descrito no *caput* deste artigo corresponde ao 4º (quarto) quinquênio, adquirido no período de 22/9/2018 a 26/9/2023.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1064, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de adicional por tempo de serviço e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 101 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **adicional por tempo de serviço** ao servidor **RENAN DA COSTA PESCKER**, ocupante do cargo de Professor II, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O adicional descrito no *caput* deste artigo corresponde ao 1º (primeiro) quinquênio, adquirido no período de 7/2/2020 a 7/2/2025.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1065, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para apresentação de documentos, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para provimento de vagas temporárias no quadro de pessoal dos programas federais ESF, CAPS e CRAS e demais unidades do Município de Lajinha;

CONSIDERANDO que o respectivo certame foi homologado pelo Decreto nº 006, de 19 de fevereiro de 2025;

CONSIDERANDO a existência e disponibilidade dos cargos conforme Leis Ordinárias Municipais nº 1.532/2017, 1.566/2018 e 1.596/2019, combinadas com suas alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocadas as pessoas abaixo relacionadas, para o cargo declinado, obedecida a ordem de classificação do mencionado Processo Seletivo Simplificado, para apresentação de documentos:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	
NOME	CLASSIFICAÇÃO

Marina Oliveira	
------------------------	--

Paulo Sérgio Faria de Oliveira	29º
--------------------------------	-----

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no quadro de avisos desta Prefeitura em 6/6/2025, conforme dispõe a Lei Ordinária Municipal nº 1.398/2013.

Art. 2º. Os candidatos relacionados terão o prazo de 3 (quatro) dias úteis, a contar de 9/6/2025, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos do Município de Lajinha, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido. No ato de sua apresentação, os candidatos deverão estar munidos dos seguintes documentos:

- I. Cédula de Identidade (RG);
- II. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, regularizado;
- III. Comprovante de residência atualizado;
- IV. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP, caso seja cadastrado;
- V. Título de eleitor com comprovante de votação da última eleição ou justificativa;
- VI. Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada;
- VII. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ou outro documento que comprove estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- VIII. Diploma ou declaração de conclusão de curso de nível superior, emitido por instituição reconhecida pelo MEC (no caso de cargos de nível superior);
- IX. Certificado de conclusão do Ensino Elementar, Ensino Fundamental e Ensino Médio, emitida por instituição reconhecida pelo MEC (no caso de cargos de níveis fundamental e médio);
- X. Carteira de registro no conselho de classe competente (para os cargos que exigem registro profissional);
- XI. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (folha da foto frente e verso e folha da qualificação civil);
- XII. 02 (duas) fotos 3x4 recentes coloridas;
- XIII. Certidão de quitação com as obrigações eleitorais, disponível no site www.tse.gov.br;
- XIV. Atestado de bons antecedentes, disponível no site www.pc.mg.gov.br;
- XV. Certidão negativa da justiça estadual (cível e criminal), disponível no site www.tjmg.jus.br;
- XVI. Certidão negativa de débitos tributários estaduais, disponível no site www.fazenda.mg.gov.br;



**MUNICÍPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

XVII. Comprovante de conta bancária do Banco do Brasil ou Banco Itaú (caso o candidato não possua será fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos o requerimento para abertura).

§ 1º. Além dos documentos acima relacionados, os candidatos convocados deverão preencher e assinar Declaração de Acumulação ou Não Acumulação de Cargos, Declaração de Bens ou Negativa de Bens e Declaração de que não responde a qualquer processo administrativo, criminal ou de execução, fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos.

§ 2º. O candidato deverá gozar de boa saúde física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovada por inspeção médica oficial realizada por profissional designado pela Prefeitura Municipal de Lajinha.

§ 3º. Os documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas (xerox), devendo estar acondicionados em um envelope lacrado, identificado pelo candidato com as seguintes informações:

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
MUNICÍPIO DE LAJINHA/MG**

NOME:
CARGO:
CLASSIFICAÇÃO:
DATA:

Assinatura por extenso

§ 4º. Não será aceita a entrega dos documentos de forma incompleta, sendo confeccionado o contrato de trabalho apenas para o candidato que cumprir na íntegra o disposto no art. 2º.

Art. 3º. O candidato que não cumprir o disposto no art. 2º, dentro do prazo estabelecido, será desclassificado do certame, sendo convocado o próximo candidato na listagem de classificação, independentemente de comunicação.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1066, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 68, inciso II, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003888/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a servidora **CARINE DOS REIS COUTO BASTOS** – matrícula nº 061678, do cargo de Professor II, a partir de 1/6/2025.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências, inclusive o levantamento dos cálculos de verbas rescisórias adquiridas pela servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e produzindo efeitos retroativos ao dia 1º de junho de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1067, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de licença prêmio e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 133 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003867/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **licença prêmio** ao servidor **HAMILTON ALVIM DE FREITAS**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 2/7/2025 a 31/7/2025, correspondendo a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A licença descrita no *caput* deste artigo refere-se ao período aquisitivo de 20/10/2019 a 20/10/2024.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1068, DE 6 DE JUNHO DE 2025



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

=====
“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003868/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **VANUSA DE MOURA FARIA**, ocupante do cargo de Agente de Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 1/7/2025 a 30/7/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 2/5/2024 a 1/5/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

=====
PORTARIA Nº 1069, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003869/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **LUCIMAR LEMES ALVES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 1/7/2025 a 30/7/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 1/3/2024 a 2/3/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

=====
PORTARIA Nº 1070, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003874/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **MARIA APARECIDA MOURA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 3/7/2025 a 1/8/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 2/1/2024 a 1/1/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

=====
PORTARIA Nº 1071, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003872/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **APARECIDA CORREA CAETANO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 1/7/2025 a 30/7/2025.



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 1/3/2024 a 1/3/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1072, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003855/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor **JÚLIO ALVES BARBOSA**, ocupante do cargo de Gari, lotado na Secretaria Municipal da Obras, pelo período de 7/7/2025 a 5/8/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 19/1/2024 a 18/1/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1073, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003873/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **GENAINA ALCÂNTARA NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 7/7/2025 a 5/8/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 1/11/2023 a 31/10/2024 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA
Prefeito

PORTARIA Nº 1074, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003875/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **DARA LEMOS DE SOUSA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 21/7/2025 a 19/8/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 29/5/2024 a 29/5/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1.589 de 06 junho de 2025.

=====

Prefeito

=====

PORTARIA Nº 1075, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003871/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares à servidora **LARISSA VIEIRA GOMES SILVA**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 7/7/2025 a 5/8/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 7/5/2024 a 6/5/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA

Prefeito

=====

PORTARIA Nº 1076, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003852/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor **MOISES OLIVEIRA BARROS**, ocupante do cargo de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 1/7/2025 a 30/7/2025.

§ 1º. As férias descritas no *caput* deste artigo correspondem ao período aquisitivo de 2/1/2024 a 1/1/2025 e serão acrescidas do pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de sua remuneração do mês em que iniciar o período de fruição.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA

Prefeito

=====

PORTARIA Nº 1077, DE 6 DE JUNHO DE 2025

“Dispõe sobre a concessão de gratificação por titulação e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 100 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lajinha/MG, regido pela Lei Municipal nº 1.569/2018;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003899/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder gratificação de especialização acadêmica, no percentual de 9% (nove por cento), a servidora **DINAINA SOARES DA SILVA**, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada no Fundo Municipal de Assistência Social, decorrente da conclusão do curso de pós-graduação.

Art. 2º. Fica determinado o encaminhamento desta Portaria ao Departamento de Recursos Humanos para conhecimento e demais providências.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Excelentíssimo Prefeito do Município de Lajinha/MG, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (6/6/2025).

RENATO CARDOSO DE LAIA

Prefeito

=====



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2025

O **MUNICÍPIO DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.392.522/001-41, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, combinado com o art. 16 da Lei Municipal nº 1.596, de 14 de março de 2019, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas e composição de quadro de reserva, visando subsidiar contratações temporárias para os cargos discriminados por este Edital, submetendo-se às instruções deste.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Processo Seletivo Simplificado visa à contratação temporária nas funções especificadas no item 1.3 deste Edital, para atendimento à necessidade de excepcional interesse público no âmbito do Poder Público Municipal, observando-se rigorosamente a ordem de classificação final.

1.2. O processo seletivo será coordenado por uma Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 1062, de 06 de junho de 2025, a qual caberá deliberar sobre a realização, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do certame, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes e aos termos estabelecidos por este Edital.

1.3. Os cargos, habilitação e requisitos exigidos, carga horária, salário base e vagas, que serão objeto deste Processo Seletivo Simplificado, estão especificados no Anexo II deste Edital.

1.4. As atribuições inerentes aos cargos especificados são as previstas nas legislações municipais pertinentes.

1.5. A validade deste Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período apenas uma vez, a critério da Administração Municipal.

1.6. Fica ciente o candidato aprovado que deverá estar apto para exercer suas funções a fim de cumprir com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, dentre eles, o cumprimento da carga horária diária.

1.7. A vigência do contrato de trabalho fica condicionada à legislação que autoriza a contratação temporária no âmbito do Município, bem como vinculada à necessidade transitória e de excepcional interesse público que tornou necessária a força de trabalho, salvo nos casos de cessação especificados neste Edital.



1.8. Fica ciente o candidato que a escolha do local de atuação do profissional será estabelecida pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, levando-se em conta a sua necessidade.

1.9. A cessação do contrato de trabalho, antes do prazo previsto, poderá ocorrer:

- I. A pedido do contratado;
- II. Por conveniência administrativa, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;
- III. Quando o contrato incorrer em falta disciplinar;
- IV. Quando o contratado não possuir perfil e/ou habilidades compatíveis com a função e o público a ser atendido;
- V. Não cumprimento da carga horária.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Antes de realizar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital, seus anexos, eventuais retificações e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos ou de que preencherá no período oportuno descrito neste item.

2.2. As inscrições serão realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura de Lajinha/MG, localizado na Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, nº 69 A – Centro, Lajinha/MG, no horário de 8 h às 11 h e 13 h às 17 h, de acordo com o cronograma constante no Anexo I deste Edital.

2.3. No ato da inscrição, deverá ser apresentada a ficha de inscrição correspondente ao cargo pleiteado, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, em envelope lacrado, juntamente com cópia simples dos seguintes documentos:

a) Documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Civil ou pelo Ministério das Relações Exteriores; cédulas de identidade fornecidas por órgãos ou conselhos de classe que, por força de Lei, valem como documento de identificação, como, por exemplo, OAB, CREA, CRM, CRC, dentre outras; Carteira Nacional de Habilitação – CNH, válida, nos termos da legislação de trânsito vigente; passaporte; carteira de trabalho e previdência social;

b) Número do CPF e comprovante de situação cadastral do titular, obtido no site da Receita Federal do Brasil (link: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>);

c) Certidão de Quitação Eleitoral, obtida no site do Tribunal Superior Eleitoral (link: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor>);

d) Cópia do comprovante de conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo, expedido por Instituição de Ensino devidamente reconhecida pelo MEC;

e) Declaração original do comprovante de tempo de serviço ou cópia da carteira de trabalho (página da foto, dos dados pessoais e do registro do(s) contrato(s) de trabalho), na função/cargo pleiteado;

f) Comprovante de inscrição no respectivo órgão de classe, quando couber;

g) Títulos para pontuação conforme o previsto no Anexo III deste Edital;



- h) Procuração com firma reconhecida, se representado por procurador, assumindo o candidato outorgante total responsabilidade pelas informações prestadas pelo outorgado;
- i) Documentação comprobatória em atendimento à condição de pessoa portadora de deficiência, conforme itens 3.6 e 3.7, nos casos declarados no ato da inscrição;
- j) Autodeclaração étnico-racial, conforme modelo do Anexo V, para os candidatos que se autodeclararem negros ou pardos.

2.4. Terá a inscrição **INDEFERIDA**, sendo automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que:

- a) não apresentar todos os documentos exigidos como requisito, comprovados em conformidade com este Edital;
- b) não preencher a Ficha de Inscrição corretamente;
- c) que tiver respondido a processo administrativo e exonerado por justa causa.

2.5. Será ineficaz a inscrição, se for verificada falsidade nas declarações do candidato e/ou documentos apresentados, podendo o Município, a qualquer tempo, rescindir o contrato de trabalho.

2.6. Não serão aceitas inscrições por via postal, fax, internet, extemporâneas ou condicionais.

2.7. O candidato é totalmente responsável pelas informações contidas na ficha de inscrição e a inexatidão das afirmativas ou irregularidades na documentação apresentada, ainda que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, ficando o candidato desclassificado, de forma irrecorrível, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

2.8. No ato de formalização do contrato é indispensável a apresentação da documentação original e cópia, outrora apresentada no ato da inscrição, sob pena de desclassificação.

2.9. Após a entrega do envelope e recebimento do respectivo comprovante de protocolo, não será possível a entrega de novos documentos, troca de documentos entregues ou alteração e/ou complementação de informações prestadas no recebimento da inscrição.

2.10. O recebimento da inscrição não desobriga o candidato de comprovar, a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital, sendo que o candidato que não atender ao solicitado terá sua inscrição **CANCELADA**, com a consequente **ELIMINAÇÃO** do Processo Seletivo Simplificado.

2.11. Na hipótese de não comprovação dos requisitos e dos dados da titulação e tempo de serviço, exigidos para o cargo, o candidato estará **SUMARIAMENTE ELIMINADO** do Processo Seletivo Simplificado.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, desde que



os cargos pretendidos sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelece o art. 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

3.2. Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Processo Seletivo, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência que possui.

3.3. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo ao qual pretende concorrer, conforme especificado neste Edital.

3.4. Para cada cargo serão destinadas às pessoas com deficiência a **5ª (quinta), 15ª (décima quinta), 25ª (vigésima quinta) vagas**, e assim, sucessivamente, aos candidatos inscritos como pessoas com deficiência, no prazo de validade deste certame.

3.5. Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº 7.853/1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 56.296, de 2 de dezembro de 2004, conforme a seguir:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;

e) Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

3.6. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência deverá declarar, na ficha de inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador, **entregando Laudo Médico original, no período descrito no Anexo I deste Edital, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Lajinha/MG, expedido no prazo de até 90**



(noventa) dias antes do término das inscrições. Este laudo será retido e ficará anexado ao requerimento da inscrição.

3.7. O Laudo Médico deverá ser emitido contendo as seguintes exigências:

- a)** Constar o nome do candidato, número de registro do médico no órgão de classe competente e assinatura do profissional responsável pela emissão do laudo;
- b)** A espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), bem como a causa da deficiência;
- c)** A indicação, quando for o caso, da necessidade de uso de próteses ou adaptações;
- d)** No caso de deficiente auditivo, o laudo deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria;
- e)** No caso de deficiente visual, o laudo deverá vir acompanhado do original de acuidade visual em Ao (ambos os olhos), patologia e campo visual.

3.8. Caso o candidato não entregue o laudo médico no Setor de Protocolos da Prefeitura de Lajinha/MG, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no requerimento de inscrição.

3.9. Será eliminado da lista de portadores de deficiência o candidato cuja deficiência especificada no requerimento de inscrição não se constate.

3.10. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar tal condição conforme as determinações previstas neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.11. As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, participarão do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao processo de análise da prova de títulos e experiência profissional.

3.12. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita em duas listas: a primeira conterà a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, enquanto a segunda divulgará a pontuação destes últimos.

3.13. Não havendo candidatos com deficiência classificados em número suficiente para suprir todas as necessidades de designação de vagas indicadas neste edital e as que vierem a surgir durante o prazo de sua validade, estas serão preenchidas pelos demais candidatos da lista de ampla concorrência.

3.14. O grau de deficiência do candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

3.15. Os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.



3.16. A junta médica oficial do Município terá decisão terminativa quanto à compatibilidade da deficiência do candidato com as atribuições do cargo, devendo seu parecer ser fundamentado.

3.17. O candidato que, após avaliação médica, não for considerado portador de deficiência nos termos da legislação vigente, permanecerá somente na lista geral de classificação do cargo para o qual se inscreveu.

3.18. O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do Processo Seletivo Simplificado, em qualquer fase deste, e responderá, civil e criminalmente, pelas consequências decorrentes do seu ato.

3.19. Os casos omissos neste Edital em relação aos portadores de deficiência obedecerão ao disposto nos Decretos Federais nº 3.298/1999 e 9.508/2004.

4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS NEGRAS

4.1. Das vagas destinadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do processo seletivo, ficam reservadas aos negros 20% (vinte por cento), providas na forma da Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

4.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item acima resulte em número fracionado, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 12.990/2014.

4.3. Para concorrer às vagas reservadas destinadas às pessoas negras e indígenas, o candidato deverá, no ato da inscrição, assinalar a opção correspondente, se autodeclarando Preto ou Pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme art. 2º da Lei Federal nº 12.990/2014.

4.4. A autodeclaração terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado.

4.5. As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

4.6. A relação dos candidatos que se autodeclararem negros ou pardos, na forma da Lei Federal nº 12.990/2014, será divulgada na página do processo seletivo acessível por meio do site da Prefeitura (www.lajinha.mg.gov.br).

4.7. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato eliminado do processo seletivo e a cópia dos documentos tidos como falsos serão remetidos aos órgãos competentes para adoção das providências necessárias à apuração das responsabilidades cível, criminal e administrativa, e se houver sido contratado, o candidato ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.8. Os candidatos negros concorrerão, concomitantemente, às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação.



4.9. Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros.

4.10. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

4.11. Para cada cargo serão destinadas às pessoas negras a 3ª (terceira), 8ª (oitava quinta), 13ª (décima terceira) vagas, e assim, sucessivamente, aos candidatos inscritos como negros, no prazo de validade deste certame.

4.12. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral.

4.13. O candidato convocado na lista de ampla concorrência e inscrito concomitantemente na condição de pessoa negra, perderá, automaticamente, a sua classificação nas listagens das respectivas cotas, **NÃO HAVENDO OUTRA CONVOCAÇÃO.**

4.14. O candidato convocado na lista de candidato na condição de pessoa negra, perderá, automaticamente a sua classificação na listagem da Ampla Concorrência, **NÃO HAVENDO OUTRA CONVOCAÇÃO.**

4.15. A contratação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas por especialidade e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros e indígenas.

4.16. Caso o candidato negro ou pessoa com deficiência tenha direito à mesma posição de vaga reservada, o critério de desempate utilizado será o estipulado no item 6.2, restando o direito de classificação do candidato remanescente à vaga subsequente.

5. DA ETAPA DO PROCESSO

5.1. O Processo Seletivo Simplificado regido por este Edital será realizado em etapa única através de análise de títulos e experiência profissional, sendo esta realizada pela Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do certame, instituída pela Portaria nº 1062, de 06 de junho de 2025.

5.1.1. A etapa de análise da **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL** respeitará o seguinte:

a) A cada mês completo de Experiência Profissional em qualquer instituição de âmbito público ou privado municipal, estadual ou federal será atribuído 1,0 (um ponto), desde que no cargo pleiteado.

5.1.1.1. A comprovação de experiência profissional dos candidatos dar-se-á da seguinte forma:

I – NO SETOR PÚBLICO:

a) Declaração expedida pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos de Órgãos ou Unidades



Administrativas equivalentes, especificando período compreendido, e os cargos ou funções exercidas, comprovando a atuação declarada;

OU

b) Declaração emitida por sites oficiais que contenham autenticação eletrônica, especificando o período compreendido e os cargos ou funções exercidas, comprovando a atuação declarada.

II – NO SETOR PRIVADO:

a) Cópia da carteira de trabalho física (página da foto, dos dados pessoais e registro do(s) contrato(s) de trabalho) e declaração emitida pelo empregador contendo assinatura com firma reconhecida e/ou assinatura eletrônica e/ou carimbo que identifique o responsável pela referida declaração, informando período e atividades exercidas, comprovando a atuação declarada;

OU

b) Cópia da carteira de trabalho digital (onde constam: nome civil, data de nascimento, sexo, nome da mãe, nacionalidade, CPF e registro do(s) contrato(s) de trabalho) e declaração emitida pelo empregador contendo assinatura com firma reconhecida ou carimbo que identifique o responsável pela referida declaração, informando período e atividades exercidas, comprovando a atuação declarada.

5.1.1.2. No caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o empregador deverá incluir na declaração especificada a data do término ou atestado de continuidade do contrato.

5.1.1.3. Eventuais experiências de estágio, voluntariado, monitoria ou sócio proprietário não serão consideradas para fins de comprovação de tempo de atividade profissional.

5.1.1.4. Será vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente a mais de uma instituição de âmbito público ou privado, ou ainda em razão de mais de um vínculo com a mesma instituição.

5.1.1.5. A experiência profissional deverá ser informada em um campo específico do formulário de inscrição, ficando o candidato obrigado a informar apenas os meses completos de trabalho, conforme estabelece as alíneas “a” e “b” do subitem 3.1.1.

5.1.2. A etapa de análise de **TÍTULOS** respeitará o seguinte:

a) Serão considerados para fins de pontuação: certificados/declarações de conclusão de curso de qualificação, oficinas, atualizações, treinamentos, palestras, seminários, projetos, congressos e monitoria nos quais constem especificações claras de carga horária.

b) Para fins de pontuação, os certificados/declarações apresentados deverão guardar direta relação com as atribuições do cargo pleiteado, sendo considerado cada título uma única vez.

c) Cursos de qualificação profissional/avulsos/eventos feitos no exterior somente terão validade quando acompanhados de documento expedido por tradutor juramentado.



d) Não serão computados pontos para:

- Cursos exigidos como requisito para exercício do cargo pleiteado;
- Cursos de formação de grau inferior ao exigido como requisito para exercício do cargo pleiteado.

5.1.2.1. A prova de títulos seguirá a tabela constante no Anexo III.

6. DA CLASSIFICAÇÃO GERAL DA SELEÇÃO PÚBLICA E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. O processo para classificação dos candidatos inscritos se dará pela soma de pontos obtida mediante prova de títulos e experiência profissional no cargo pleiteado.

6.2. Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por 2 (dois) ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

- I. Apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, considerando dia, mês e ano, conforme disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
- II. Tiver obtido a maior pontuação em experiência de trabalho;
- III. Tiver obtido a maior pontuação em títulos;
- III. Apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade inferior a 60 (sessenta) anos;
- IV. Sorteio em ato público.

6.3. No caso do inciso IV do item 6.2, o sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, endereço eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado, sem prejuízo da publicação desta no site oficial da Prefeitura de Lajinha/MG.

6.4. A classificação final dos candidatos, resultante do somatório dos pontos obtidos em cada etapa classificatória, será divulgada em ordem decrescente.

6.5. A lista de classificação dos candidatos será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura de Lajinha e no sítio eletrônico (**www.lajinha.mg.gov.br**).

7. DOS RECURSOS

7.1. O candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentar recurso em face da listagem preliminar de inscritos e da classificação preliminar de candidatos, **protocolizado junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura de Lajinha/MG, localizado na Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, nº 69 A – Centro, Lajinha/MG, no horário de 8 h às 11 h e de 13 h às 17 h.**

7.2. O pedido de recurso deverá ser dirigido por escrito, em formulário próprio, constante no Anexo VIII, em envelope lacrado, devidamente identificado com nome e cargo em que se inscreveu.

7.3. Serão indeferidos os recursos:



- a) cujo teor desrespeite a Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado;
- b) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Edital;
- c) cuja fundamentação não corresponda à etapa recorrida;
- d) Intempestivos, sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente;
- e) Encaminhados por e-mail, via postal, rede social on-line, ou outra não prevista neste Edital.

7.4. Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada.

7.5. Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento, o nome do candidato passar a constar no rol de selecionados.

7.6. Sendo mantida a decisão da Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo previsto no Anexo I, cuja decisão deverá ser motivada.

7.7. Decairá do direito de impugnar este Edital o candidato que efetivar sua inscrição, aceitando, assim, todas as disposições nele contidas.

7.8. Os recursos serão analisados e divulgados no site oficial da Prefeitura de Lajinha/MG (www.lajinha.mg.gov.br).

8. DOS REQUISITOS PARA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS CANDIDATOS

8.1. A chamada dos classificados será efetuada pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos por meio de Edital de Convocação no site oficial da Prefeitura de Lajinha/MG, na aba “Processos Seletivos”, e publicação em edição do Diário Oficial Eletrônico, em data, horário e local mencionado no ato de convocação, obedecendo às listagens de classificação e a necessidade da unidade.

8.2. O candidato terá o prazo de 3 (três) dias úteis após a convocação para se apresentar.

8.3. A contratação em caráter temporário de que trata este Edital dar-se-á mediante assinatura de contrato de trabalho entre o Município de Lajinha e o contratado.

8.4. O Município de Lajinha/MG não se responsabiliza pelo não acompanhamento da publicação da listagem final por parte do candidato no site oficial da Prefeitura de Lajinha/MG ou troca de número de telefone.

8.5. São requisitos para contratação;

- I – nacionalidade brasileira ou equiparada;
- II – quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- III – idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- IV – pleno gozo dos direitos políticos;



V – sanidade física e mental para o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica municipal;

VI – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

VII – atendimento às condições especiais previstas em lei para determinadas carreiras.

8.6. O candidato deverá apresentar na sede da Prefeitura de Lajinha/MG, no Departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, localizada na Rua Dr. Sidney Hubner França Camargo, nº 69 A – Centro, Lajinha/MG, no horário de 8 h às 11 h e 13 h às 17 h, a documentação a seguir (cópia simples), devendo apresentar o documento original, se solicitado, a qualquer tempo:

a) Carteira de Identidade;

b) CPF, acompanhado do comprovante de situação cadastral;

c) Comprovante de residência atualizado;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão de Nascimento ou Casamento;

f) Carteira de Trabalho (página da foto e dos dados pessoais) – tratando-se de carteira de trabalho digital, o convocado deverá apresentar cópia das informações obtidas pelo aplicativo, onde constam: nome civil, data de nascimento, sexo, nome da mãe, nacionalidade, CPF e registro do(s) contrato(s) de trabalho;

g) Comprovante de cadastro no PIS/Pasep;

h) Certificado, declaração atualizada ou histórico escolar de conclusão do Ensino Médio (para os cargos que exigirem formação de nível médio);

i) Certificado, declaração atualizada ou histórico escolar de conclusão do Ensino Fundamental (para os cargos que exigirem formação de nível fundamental);

j) Diploma, declaração atualizada ou histórico de conclusão de curso superior (para os cargos que exigirem formação de nível superior);

k) Comprovante de inscrição no órgão de classe competente (para os cargos de nível superior que exigirem registro profissional);

l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pela Justiça Eleitoral, comprovando estar quite com as obrigações eleitorais, retirada em qualquer Cartório Eleitoral ou no site do Tribunal Superior Eleitoral;

m) Certidão cível e criminal, expedida pelo Tribunal de Justiça competente, comprovando não ser réu em qualquer processo judicial na esfera cível ou criminal, ou tenha transitado em julgado sentença penal condenatória;



- n) Certidão de débitos tributários, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda competente;
- o) Certificado de alistamento militar ou dispensa (para o sexo masculino);
- p) Certidão de bons antecedentes, expedida pela Polícia Civil competente;
- q) 1 (uma) foto 3x4 (colorida e recente);
- r) Comprovante de conta bancária no Banco do Brasil ou Banco Itaú (caso não possua, o Departamento de Recursos Humanos fornecerá uma declaração de vínculo empregatício para abertura);
- s) Número de telefone;
- t) Declaração de Bens, conforme modelo a ser oferecido pelo Departamento de Recursos Humanos;
- u) Declaração de que não ocupa outro cargo, função ou emprego público (nos casos de acumulação lícita de cargos, deverá ser indicado o cargo já ocupado), conforme modelo a ser oferecido pelo Departamento de Recursos Humanos;
- v) Declaração de que não responde a qualquer processo administrativo no âmbito federal, estadual ou municipal;
- w) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- x) CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- y) Declaração escolar dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- z) Caderneta de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos.

8.7. O candidato convocado que não apresentar a documentação exigida para efetivação do contrato de trabalho, no prazo e local descrito neste Edital, automaticamente será considerado **DESISTENTE**.

8.8. Em caso de perda, furto ou roubo da Carteira de Identidade, o candidato deverá apresentar cópia do referido documento acompanhado do Boletim de Ocorrência e do protocolo da solicitação, constando a data da emissão do novo documento, para formalizar o contrato temporário.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

9.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento por parte deste, das disposições deste Edital e no compromisso de aceitar as condições do Processo Seletivo Simplificado nos termos em que se acham aqui estabelecidas e na legislação aplicável a este certame.

9.2. Não haverá cobrança de taxa para inscrição neste Processo Seletivo Simplificado.

9.3. A aprovação neste Processo Seletivo Simplificado não cria direito à contratação, mas esta, quando ocorrer, obedecerá à ordem de classificação final constante da homologação do certame.



- 9.4.** As contratações serão realizadas na medida das necessidades administrativas e da existência de recursos orçamentários e financeiros.
- 9.5.** Independentemente de sua aprovação/classificação neste Processo Seletivo Simplificado, não será admitido candidato que seja ex-servidor de qualquer órgão da Administração Pública, que tenha sido demitido por falta disciplinar.
- 9.6.** A qualquer tempo que sejam constatadas informações fraudulentas ou cometido qualquer tipo de fraude, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado. No caso de já estar admitido, será demitido sem prejuízo das demais medidas penais cabíveis ao caso.
- 9.7.** Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito deste Processo Seletivo Simplificado.
- 9.8.** A aprovação dos candidatos neste Processo Seletivo Simplificado não implica obrigatoriedade de sua admissão, cabendo à Prefeitura de Lajinha/MG a avaliação da conveniência e oportunidade de aproveitá-los em número estritamente necessário às atividades por ele desenvolvidas, respeitada a ordem de classificação e a vigência do Processo Seletivo.
- 9.9.** As despesas relativas à participação do candidato no certame, à sua apresentação para posse e exercício e à sua participação em evento de ambientação correrão às expensas do próprio candidato.
- 9.10.** Não serão objetos de avaliação nas provas deste Processo Seletivo Simplificado toda e qualquer legislação que entrar em vigor após a data de publicação deste Edital.
- 9.11.** O candidato contratado deverá manter junto à Prefeitura de Lajinha/MG, durante o prazo de validade deste certame, seu endereço e número de telefone atualizados, visando à eventual futura contratação, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível a Administração Municipal convocá-lo por falta de sua atualização.
- 9.12.** É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as publicações relativas a este Processo Seletivo Simplificado no site da Prefeitura de Lajinha/MG (www.lajinha.mg.gov.br), não podendo sobre estas, a qualquer tempo ou esfera, alegar desconhecimento.
- 9.13.** A inscrição do candidato implicará na concordância plena e integral dos termos deste Edital.
- 9.14.** A qualquer tempo da realização do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão Especial de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo poderá requerer assistência jurídica do Município de Lajinha/MG para deliberar sobre matérias pormenorizadas relativas à condução do certame, mediante emissão de parecer jurídico.
- 9.15.** Fazem parte deste Edital os seus respectivos anexos, quais sejam:

Anexo I – Cronograma;

Anexo II – Cargos, habilitação e requisitos exigidos, carga horária, salário base e vagas;

Anexo III – Tabela de pontuação da prova de títulos;

Anexo IV – Ficha de Inscrição;



Anexo V – Autodeclaração étnico-racial;

Anexo VI – Formulário de recurso.

9.16. Fica eleito o Foro da Comarca de Lajinha, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao andamento deste Processo Seletivo Simplificado, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lajinha/MG, 6 de junho de 2025.

PEDRO HENRIQUE FIALHO
FERNANDES:12913585604

Assinado de forma digital por
PEDRO HENRIQUE FIALHO
FERNANDES:12913585604
Dados: 2025.06.06 10:26:13
-03'00'

PEDRO HENRIQUE FIALHO FERNANDES
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**ANEXO I**
CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO	PRAZO
Impugnação ao Edital	9/6/2025
Abertura das inscrições	10/6/2025 a 13/6/2025
Publicação da listagem preliminar de inscritos	16/6/2025
Interposição de recursos contra a lista preliminar de inscritos	17/6/2025 a 18/6/2025
Manifestação da Comissão na reconsideração	24/6/2025
Julgamento do recurso pelo Prefeito	25/6/2025
Publicação da listagem final de inscritos	26/5/2025
Publicação da classificação preliminar de candidatos	27/6/2025
Interposição de recursos contra a classificação preliminar de candidatos	30/6/2025 a 1/7/2025
Manifestação da Comissão na reconsideração	2/7/2025
Julgamento do recurso pelo Prefeito e aplicação do critério de desempate	3/7/2025
Publicação da classificação final de candidatos e homologação do certame	4/7/2025

Obs.: Serão considerados apenas dias úteis.

**ANEXO II****CARGOS, HABILITAÇÃO E REQUISITOS EXIGIDOS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIO BASE E VAGAS**

LEI MUNICIPAL Nº 1.596/2019				
<i>“Dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos e carreira dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Lajinha/MG e dá outras providências.”</i>				
CARGO	HABILITAÇÃO E REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO BASE	VAGAS
Motorista	Ensino fundamental completo + Carteira de Habilitação para condução de veículos na categoria “D” + Mínimo de 2 (dois) anos no exercício comprovado nas atividades descritas por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ato de investidura em cargo ou emprego público.	40 horas	R\$ 1.943,50	1+CR*
Zelador de Cemitério	Ensino Fundamental I Completo (1º ao 5º ano)	40 horas	R\$ 1.212,00**	1+CR*

***CR – Cadastro de Reserva:** os candidatos classificados fora do quantitativo de vagas previstos neste Edital integrarão o cadastro de reserva, o qual será utilizado para suprir a vacância temporária do cargo, decorrente de qualquer motivo.

****Os valores abaixo do salário mínimo nacional serão complementados e corresponderão ao mínimo nacional estipulado em Lei.**

**ANEXO III****TABELA DE PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS**

DESCRIÇÃO	PONTOS A SEREM ATRIBUÍDOS	MÁXIMO DE TÍTULOS
Curso de qualificação profissional na área pleiteada, com duração superior a 200 horas	2,0	2
Curso de qualificação profissional na área pleiteada, com duração de 81 horas acima	1,5	2
Curso de qualificação profissional na área pleiteada, com duração de 20 a 80 horas	1,0	2
Certificado de participação em oficinas, atualizações, treinamentos, palestras, seminários, projetos, congressos e monitoria, que guardem relação com a área pleiteada	0,5	2



ANEXO IV
FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2025

Nome:			
Sexo: () M () F		Data de Nasc.:	
Celular: ()			
RG:		UF:	CPF:
Naturalidade:			
E-mail:			
Endereço:			Nº:
Bairro:		Cidade:	UF:
CEP:			
Cargo pretendido:			
Portador de Deficiência? () Sim () Não			
Se SIM, qual? () Física () Auditiva () Visual () Mental () Múltipla			
Pessoa Negra/Parda? () Sim () Não			

Quantidade de folhas contidas no envelope:	
--	--

Cargo pleiteado:			
QUESITOS PARA ATRIBUIÇÃO DE PONTOS			
(NÃO PREENCHER – TABELA DESTINADA À COMISSÃO ESPECIAL)			
I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	VALOR ATRIBUÍDO	APURAÇÃO	PONTOS
Em qualquer instituição de âmbito público ou privado municipal, estadual ou federal, desde que no cargo pleiteado.	1,0/mês completo		
I – TÍTULOS	VALOR ATRIBUÍDO	APURAÇÃO	PONTOS
Curso de qualificação profissional na área pleiteada, com duração superior a 200 horas	Até 4,0		
Curso de qualificação profissional na área pleiteada, com duração de 81 horas acima	Até 3,0		
Curso de qualificação profissional na área pleiteada, com duração de 20 a 80 horas	Até 2,0		
Certificado de participação em oficinas, atualizações, treinamentos, palestras, seminários, projetos, congressos e monitoria, que guardem relação com a área pleiteada	Até 1,0		

Declaro serem verdadeiras das informações e documentos encaminhados por meio deste envelope.
Data: ____/____/____ - Assinatura do candidato: _____



ANEXO V

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

RG: _____ CPF: _____

E-mail: _____

Cargo pleiteado: _____

DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, que sou () preto () pardo. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Lajinha/MG, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) – Falsidade ideológica – Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de três anos, e multa, se o documento é particular.



ANEXO VI
FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome: _____

Cargo pleiteado: _____

FUNDAMENTAÇÃO

Empty box for the candidate's justification.

Lajinha/MG, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato